

VASSALOS, PRESENTES E CONQUISTA UM OLHAR COLONIAL SOBRE BENGUELA

CANDIDO, Mariana P. *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland*. Nova York: Cambridge University Press, 2013. 366p.

A África Centro-Ocidental — que compreende as regiões atualmente pertencentes ao Gabão, à República do Congo (Congo-Brazzaville), à República Popular do Congo (Congo-Kinshasa) e a Angola — foi a porção do continente africano que mais exportou escravos na história do comércio transatlântico. Os historiadores dedicados aos números do tráfico apontam a impressionante cifra de 5.694.574 escravos embarcados somente na África Centro-Ocidental e nas ilhas atlânticas próximas, entre os anos 1501 e 1866.¹ Isso representa 45,5% da estimativa total de 12.521.336 escravos embarcados no continente africano rumo ao Atlântico. Na primeira metade do século XIX, essa região teria sido responsável pela exportação de ao menos 1.919.906 escravos, mais do que o total de todas as outras regiões africanas envolvidas com o comércio transatlântico de escravos no

mesmo período (1.728.066 escravos). A maioria desses homens, mulheres e crianças seriam transferidos para o Brasil principalmente através do porto do Rio de Janeiro, de onde muitos seriam revendidos para diversas outras partes das Américas. A simples análise desses números indica a importância dessa migração proveniente da África Centro-Ocidental (especialmente Angola) para o Brasil e a relevância histórica que essas regiões têm uma para com a outra.

O livro de Mariana Candido, professora brasileira da Universidade de Kansas, é mais uma publicação da coleção African Studies da Cambridge University Press, que também lançou outro importante livro sobre a história de Angola em 2012, escrito pelo historiador também brasileiro Roquinaldo Ferreira, professor da Brown University.² Ambas as publicações demonstram

¹ David Eltis et al., *The Transatlantic Slave Trade Database*, <<http://www.slavevoyages.org>>, acessado em 18 set. 2014.

² Roquinaldo Ferreira, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*, Nova York: Cambridge University Press, 2012.

o crescente interesse pela pesquisa sobre as relações comerciais e culturais no Atlântico Sul no período do comércio de escravos, bem como o reconhecimento do trabalho de uma nova geração de pesquisadores brasileiros que lecionam no exterior e produzem largamente em língua inglesa.

Nas últimas duas décadas, houve um sensível aumento no interesse pela África Centro-Occidental por parte de historiadores brasileiros, norte-americanos e europeus, que passaram a ver as relações sul-sul como um contraponto ao estudo das interações comerciais e culturais do Atlântico Norte.³ Alguns historiadores têm alertado seus colegas sobre o engano de se enxergar somente a grandeza do sistema atlântico ao norte do equador.⁴ Afinal, o Atlântico Sul vivenciou um movimento

migratório muito superior àquele ao norte, tendo o Brasil recebido acima de dez vezes a quantidade de escravos enviados aos Estados Unidos, por exemplo.⁵ Por outro lado, o Atlântico Sul possuía um alto nível de interação *bilateral*, que se contrapõe ao paradigma do *comércio triangular* que serve de modelo clássico para o entendimento daquele sistema.

Além de novos trabalhos sobre os reinos do Kongo e do Ndongo, os historiadores têm recentemente se voltado para a região do Ndombe e para o pequeno porto português de São Filipe de Benguela. Nos últimos dez anos, surgiram publicações centradas na história de Benguela e de suas relações comerciais, políticas e culturais com o mundo atlântico anteriores ao século XX.⁶ Fundada em 1617, esta vila viria a se tornar,

³ Dentre os brasileiros, podemos destacar: Jaime Rodrigues, *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005; Luis Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴ Dentre eles, John Wood Sweet, que alerta para os mitos da macro-história do comércio de escravos e a importância supostamente primordial do Atlântico Norte nesse processo. John W. Sweet, "The Subject of the Slave Trade: Recent Currents in the Histories of the Atlantic, Great Britain, and Western Africa", *Early American Studies*, n.7 (2009), pp.1-45.

⁵ De acordo com as estimativas do TSTD, o chamado "Mainland North America" teria recebido cerca de 390.000 escravos, mas o número de escravos desembarcados no Brasil supera 4.800.000 indivíduos. David Eltis et al., *The Transatlantic Slave Trade Database*, <<http://www.slavevoyages.org>>, acessado em 18 set. 2014.

⁶ Ainda Freudenthal, "Benguela: de feitoria a cidade colonial", *Fontes e Estudos: Revista do Arquivo Nacional de Angola*, n.6-7 (2011), pp.197-229; Estevam C. Thompson, "Negreiros nos mares do sul: famílias traficantes nas rotas entre Angola e Brasil em finais do século XVIII" (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2006); Estevam C. Thompson, "Negreiros in South Atlantic: The Community of 'Brazilian' Slave Traders in Late Eighteenth-Century Benguela", *African Economic History*, v.39 (2011), pp.73-128; Estevam C. Thompson,

no século seguinte, um dos mais importantes fornecedores de mão de obra escrava para os mercados

“Feliciano José de Barros: escravo de sangue negreiro, c. 1775-1818”, in Selma Pantoja e Estevam C. Thompson (orgs.), *Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas* (Brasília: Intermeios, 2014), pp.111-41; Estevam C. Thompson, “From Slave to Slave Trader: The Trajectory of Feliciano José de Barros between Rio de Janeiro and Benguela (c. 1775-1818)”, in Maryann Buri e José C. Curto (orgs.), *New Perspectives on Angola: From Slaving Colony to Nation State*, no prelo; José C. Curto, “The story of Nbena, 1817-20: Unlawful Enslavement and the Concept of ‘Original Freedom’ in Angola”, in Paul E. Lovejoy e David V. Trotman (orgs.), *Trans-Atlantic Dimensions of Ethnicity in the African Diaspora* (Londres: Continuum, 2003), pp.43-64; José C. Curto “Struggling Against Enslavement: José Manuel in Benguela, 1816-1820”, *Canadian Journal of African Studies*, v.39, n.1 (2005), pp.96-122; Estevam C. Thompson, “Alcohol under the Context to the Atlantic Slave Trade: The Case of Benguela and its Hinterland (Angola)”, *Cahiers d’Etudes Africaines*, n.201 (2011), pp.51-85; Estevam C. Thompson, “Re-thinking the Origins of Slaves in West Central Africa”, in Awet T. Weldemichael e Anthony A. Lee (orgs.), *Migration and Sociopolitical Mobility in Africa and the African Diasporas: Papers Honoring Edward A. Alpers*, no prelo; Maryann Buri, “‘Enterro pelo amor de Deus’: Burial Space and Social Institutions in 18th-Century Benguela”, Major Research Paper, Department of History, York University, 2013; Roquinaldo Ferreira, “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a microescala do tráfico de escravos em Benguela, século XVIII e XIX”, *Tempo*, v.10, n.20 (2006), pp.23-49; Rosa Cruz e Silva, “The Saga of Kakonda and Kilengues: Relations between Benguela and its Interior, 1791-1796”, in José C. Curto e Paul E. Lovejoy (orgs.), *Enslaving Connections: Changing Cultures of Africa and Brazil during the Era of Slavery* (New York: Humanity Books, 2004), pp.249-63.

americanos, tendo embarcado ao menos 374.000 cativos durante a era do comércio atlântico.⁷ Candido apresenta estimativas que totalizam mais de 700.000 escravos (pp.5, 20) exportados a partir de Benguela.⁸

A meta de Mariana Candido é escrever o primeiro livro em língua inglesa sobre a história de São Filipe de Benguela, de sua fundação em inícios do século XVII até sua decadência com a proibição do comércio de escravos em meados do século XIX. Contudo, sua análise não se limita ao espaço urbano de Benguela, se estendendo aos “sertões”, um amplo território sob controle africano que a historiografia colonial convencionou chamar “*hinterland*”. Dividido em cinco capítulos, mais introdução

⁷ David Eltis et al., *The Transatlantic Slave Trade Database*, <<http://www.slavevoyages.org>>, acessado em 18 set. 2014; José C. Curto, “The Legal Portuguese Slave Trade from Benguela, Angola 1730-1828: A Quantitative Re-Appraisal”, *África: Revista do CEA-USP*, n.16-17 (1993-1994), p.108 apresenta a soma de 399.267 escravos exportados a partir de Benguela entre 1730-1828.

⁸ Uma discussão detalhada sobre os números apresentados por Mariana Candido em seu livro pode ser encontrada em José C. Curto, “A New Look at the Slave Trade from Benguela: What We Know and What We do not Know”, *Portuguese Studies Review*, v.23, n.1 (2015), Special Issue; José C. Curto, “Angola: Then and Now”, no prelo. Curto demonstra que Eltis e Richardson calcularam cerca de 374.000 escravos embarcados em Benguela entre 1688 e 1864, e que podiam *estimar* que outros 390.000 escravos tenham tido o mesmo destino, totalizando 764.000. Os números apresentados por Candido baseiam-se, portanto, em uma *estimativa* (grifos no original).

e conclusão, o livro procura abarcar a história da região genericamente denominada pelos portugueses como “Reino de Benguela” desde o século XVI. O primeiro capítulo começa por Benguela Velha, assentamento fundado próximo ao Rio Cuvo em 1587. Nascida da ambição da Coroa portuguesa de encontrar minerais valiosos em território africano, Benguela Velha devia dar suporte à busca por minas de cobre no interior. Após tentar avassalar o soberano local sem muito sucesso, o representante do poder colonial português, capitão Lopes Peixoto, foi atacado e assassinado, o assentamento invadido e os sobreviventes tiveram de fugir para salvar suas vidas (p.38). Após o massacre, o projeto colonial ao sul do rio Cuanza levaria mais trinta anos para ser retomado. A expedição liderada pelo infame governador/conquistador Manuel Cerveira Pereira, em 1617, escolheu uma região mais ao sul do primeiro assentamento, próximo a uma baía que poderia abrigar os navios negreiros, e à foz do Catumbela, rio que deveria fornecer água e terras cultiváveis em suas margens aos novos habitantes da região. Em terra, eles construíram uma pequena fortaleza de onde partiram para suas primeiras razias em busca de escravos, mas também para estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os chefes Ndombe mais próximos do assentamento: o *soma* Peringue e o *soma* Kizamba.

Como era o costume português, os representantes da Coroa apresen-

taram a esses chefes africanos um tratado de vassalagem, que, por um lado, garantia aos portugueses o direito de permanecer temporariamente no território e, por outro, rendia aos líderes africanos diversos presentes (ou tributos), além de acesso a uma série de produtos importados por meio dos agentes luso-africanos que trabalhavam para conectar a costa aos sertões, conhecidos genericamente como *pombeiros* (p.45). Este capítulo ainda discute a presença holandesa na região (invasão de Benguela em 21 de dezembro de 1641) e o estreitamento nas relações entre a região e o Brasil, pelo grande número de “brasileiros” que atravessaram o Atlântico para combater os “invasores” holandeses e acabaram ali permanecendo, ajudando a desenvolver o comércio e a cultura crioula (pp.70-85).

No segundo capítulo, Candido escreve sobre o período auge de Benguela, entre 1710 e 1850, que se inicia com o fim dos conflitos entre as potências europeias que procuravam obter acesso à região e termina com o fim do comércio de escravos e das importações por parte do Brasil. Em seu projeto de expansão colonial, os portugueses encontraram resistência ao tentarem penetrar o interior do reino de Benguela, sendo barrados por fortes estados centralizados que encontraram em seu caminho. Além do limite imposto pelas autoridades africanas, os próprios comerciantes luso-africanos, que deveriam defender os interesses comerciais da Co-

roa, não reconheciam o monopólio português sobre o comércio na região. O alegado poder colonial, portanto, não era capaz de garantir controle nem sobre as rotas comerciais utilizadas por seus próprios súditos (pp.89-90). De fato, são relatados casos de mercadores portugueses que se casaram com mulheres nativas para solidificar seus interesses comerciais, distanciando-se do controle da Coroa e da Igreja Católica, declarando obediência às autoridades africanas e adotando “práticas locais” (pp.93-4 e 139). Candido chega a afirmar que devido a pelo seu isolamento geográfico e político em relação ao poder colonial centralizado em Luanda, Benguela era governada pelos oficiais em comando como um “estado dentro do império português” (p.95). Tanto os oficiais, quanto os militares de baixa patente estavam envolvidos com o comércio de escravos, estes últimos mais interessados em garantir seus próprios lucros do que defender a presença colonial na região (p.96).

No final do segundo capítulo, Candido começa a estabelecer as relações entre o reino de Benguela e o Atlântico, discutindo o estabelecimento de uma “sociedade escravista” na região costeira povoada por uma “comunidade Luso-Africana”. Este é o fio condutor para a análise que se segue, no terceiro capítulo, sobre a participação de Benguela na economia atlântica. São discutidos o comércio de escravos para as colônias espanholas nas Américas desde

o século XVII e a extensão da influência exercida pela economia atlântica mesmo em regiões afastadas da costa, que foram inseridas mediante o consumo de novos produtos importados no processo de “crioulização”. Destaque para a participação de portugueses, brasileiros e luso-africanos na produção de escravos por meio da promoção de razias e a interferência em conflitos locais, que causavam ainda mais guerras e elevavam a oferta de cativos para o mercado atlântico. Embora a autora destaque, mais uma vez, a presença do “poder colonial” na região, que tentava organizar o comércio em ascensão pelo estabelecimento de “mercados públicos”, os exemplos fornecidos reforçam a imagem de descontrole colonial. Os pombeiros eram conhecidos por desprezar as regras portuguesas impostas para o comércio, enquanto as “feiras” responsáveis pelo fornecimento de escravos estavam sob domínio das autoridades africanas, onde esses mesmos comerciantes luso-africanos circulavam e negociavam livremente (p.185).

O capítulo quatro trás o melhor do trabalho de Mariana Candido. Inicia-se com um estudo de caso (Juliana, escravizada “ilegalmente” próximo a Quilengues) que ela usa para tentar entender o processo de escravização no interior de Benguela. A autora faz uma crítica veemente da tese de Joseph Miller quanto à origem dos escravos exportados na costa, que, com o avanço da cha-

mada “fronteira da escravização”, segundo ele, viriam de regiões cada vez mais distantes.⁹ Candido demonstra, de forma contundente, que, embora a fronteira da escravização continuasse a se estender para o interior, ela seguia também em outras direções. Os negreiros de Benguela comercializavam uma grande quantidade de escravos provenientes de regiões próximas ao porto, onde os portugueses exerciam influência e onde os tratados de vassalagem deviam, teoricamente, proteger da escravização esses supostos súditos da Coroa portuguesa (p.195-204). A revelação de que grande parte dos escravos embarcados para o mercado atlântico provinha de regiões próximas à costa, onde a cultura luso-africana exercia importante influência, sugere que muitos desses indivíduos já haviam passado, ao menos parcialmente, pelo processo de criouliização e que muitos escravos enviados para o Brasil já deviam conhecer um pouco sobre a cultura e a língua portuguesas desde antes de chegarem às Américas.

O quinto capítulo dedica-se ao importante presídio de Caconda, entreposto comercial que deveria apoiar a expansão colonial e regular as relações comerciais e políticas com o planalto de Bié, em especial com as regiões de Wambu, Mbailun-

do e Viye. Em uma de suas melhores análises, Candido explica a ausência de uma identidade unificadora entre esses povos conhecidos hoje em dia como pertencentes ao grupo étnico dos ovimbundos. Como nos lembra Candido, “[a] ideia de grupos étnicos estáticos e a-históricos por todo o continente africano levou a décadas de conflitos no século XX” (p.243). Ela destaca o alcance do processo de criouliização no interior de Benguela como parte do projeto português de colonização desse espaço. Aponta ainda para a singularidade do poder colonial no sertão, afirmando que o território entre Benguela e Caconda não estava sob controle colonial, o que demonstraria que a noção portuguesa de colônia “não estava baseada em uma expansão contínua” do território, mas em “assegurar bolsões em uma paisagem ocupada por poderes opostos” (p.247).

Candido deixa claro, desde a introdução de seu livro, que considera Benguela uma “colônia” já no século XVII (pp.6, 87, 313). Para a autora, o estudo da história de Angola e, mais especificamente, de Benguela deve deixar de ser considerada como pertencente ao período pré-colonial e passar a ser vista como uma história colonial, uma vez que a população de Benguela e de seu sertão estavam “sob jugo colonial desde bem antes do final do século XIX” (p.6). De fato, ela chega a afirmar que os habitantes de Benguela (colonos, oficiais e população nativa) faziam parte de uma “comunida-

⁹ Joseph Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

de imaginária do império português, onde valores cristãos prevaleciam sobre costumes e sistemas religiosos locais” (p.43). A vassalagem sobre as autoridades africanas é vista pela autora como reveladora do processo de criouliização e colonização em Benguela já no início do século XVII (p.52).

É evidente, como aponta Candido, que estes tratados de vassalagem elaborados pelas autoridades portuguesas reproduziam categorias europeias e traziam terminologia colonial, além de concepções próprias de como deveria um vassalo se comportar (p.51). Parece evidente também que as autoridades africanas que assinavam tais tratados não estavam necessariamente abrindo mão de sua soberania em troca de alguns presentes. Na verdade, esses eram tratados diplomáticos entre soberanos que garantiam acesso ao território africano em troca de tributos, que os portugueses estrategicamente chamavam “presentes”, valorizando assim sua posição frente aos verdadeiros senhores dos territórios onde pretendiam fazer negócios (p.45).

Embora servissem de intermediários dos interesses portugueses e ainda que se posicionassem muitas vezes como aliados durante o longo processo de conquista colonial, os régulos avassalados representavam o poder tradicional das linhagens locais. Embora alguns desses soberanos tivessem chegado ao poder com a ajuda de agentes portugueses e luso-africanos, sua autoridade não

havia sido criada pelo poder colonial. Não é persuasiva, portanto, a afirmação da autora de que esses “vassalos” da Coroa portuguesa possam ser comparados aos *warrant chiefs* empregados pelo poder colonial britânico no norte da Nigéria ou na África oriental em finais do século XIX e começo do XX (p.52). No caso britânico, a autoridade política desses *chiefs* baseava-se, em grande parte, na influência de um poder colonial que, em finais do século XIX, tinha conhecimento tecnológico e recursos militares para impor seu projeto de conquista. Além disso, como definido por Adiele Afigbo, o sistema de *indirectrule* implementado pelos britânicos na Nigéria previa a adoção das instituições dos povos colonizados e a exclusão deliberada das ideias e instituições britânicas.¹⁰ No caso de Angola, como exposto por Candido durante todo o livro, embora o projeto colonial português adotasse algumas instituições locais — como no caso da cerimônia do *undamento* e a adoção do tribunal dos *mucanos* (p.51-52, 301) —, havia a intenção deliberada de se implantar um governo baseado no modelo da metrópole, com as mais tradicionais instituições portuguesas.

Por outro lado, Candido demonstra como alguns desses líderes africanos utilizavam-se do artifício

¹⁰ Adiele E. Afigbo, *The Warrant Chiefs: Indirect Rule in Southeastern Nigeria, 1891-1929*, Londres: Longman, 1972, p. 5.

de se tornarem vassalos de Portugal para poder exigir tributos em pólvora e armas de fogo (no caso do soma de Kitumbela, ver p.57) e que depois acabavam por se tornar uma ameaça à presença “colonial” portuguesa (como no caso do jaga de Kangombe, p.56). Assim, esses “tratados de vassalagem” não garantiam o controle colonial português sobre Angola. Candido reconhece as enormes limitações do “estado colonial português” no reino de Benguela e a fundamental importância das alianças políticas com os régulos locais para garantir a permanência na região (p.57). No mais, sua análise sobre a terminologia jaga (pp.56-61), adotada pelas autoridades coloniais para definir os soberanos que resistiam ao avanço português, demonstra outra vez que o controle colonial

não passava de um projeto. Eram muitos os jagas revoltosos!

Embora declare que seu estudo não é uma celebração do colonialismo português (p.22), Mariana Candido adota conscientemente conceitos e terminologias coloniais ao tratar de seu objeto de estudo. Uma vez que a maior parte das fontes pesquisadas foram produzidas por estrangeiros (p.244), elas refletem o olhar eurocêntrico próprio da época. A autora faz, por vezes, a escolha por adotar a terminologia encontrada na documentação, transformando assim soberanos locais em “vassalos”, os tributos pagos a eles em “presentes” e a parca presença portuguesa na região em “conquista”, dando contornos “coloniais” a um território efetivamente controlado por poderes africanos descentralizados.

Estevam C. Thompson
historiasafricanas@gmail.com
Universidade de Brasília